

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 990 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1999



Após aprovarem as propostas, por unanimidade, os membros da comissão foram levá-las ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

## Congresso vai dar prioridade às propostas de combate à pobreza

A Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza concluiu suas atividades, aprovando três propostas de emenda constitucional. Os presidentes do Senado e da Câmara prometeram dar prioridade à sua tramitação no Congresso

PÁGINA 7

### Plenário aprova prorrogação da alíquota do Imposto de Renda

Seguirá para sanção presidencial o projeto que prorroga até o final de 2003 a alíquota máxima de 27,5% do Imposto de Renda de pessoas físicas. A matéria, que já tinha sido apreciada pela Câmara, teve ontem a aprovação do plenário do Senado. A alíquota de 27,5% foi criada pelo governo em outubro de 1997.

PÁGINA 3

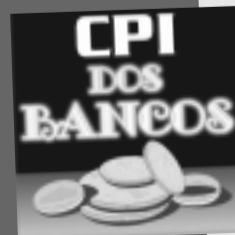


### SENADORES DISCUTEM HOJE RESULTADOS DAS INVESTIGAÇÕES

PÁGINAS 4 E 5

JADER DIZ QUE BC ESCONDEU PARTE DOS GASTOS DO PROER

PÁGINA 6



### TV Senado e TV Escola farão permuta de programas

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e o presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, assinaram ontem convênio de cooperação que permitirá à TV Escola e à TV Senado permutar programas, produzidos por ambas as emissoras, em sua programação.

PÁGINA 2

# Senado e MEC fazem parceria em TV

Convênio assinado ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães e pelo ministro Paulo Renato Souza permitirá a permuta de programas entre a TV Senado e a TV Escola

Ao lado de dez senadores, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assinou ontem com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, convênio entre a TV Senado e a TV Escola. Com a parceria, a TV Senado poderá usar diversos programas especiais da TV Escola, sobre história, geografia, língua portuguesa, esportes, direitos humanos, saúde e ecologia. A rede do MEC, por outro lado, levará a um público especial, formado por 1 milhão de professores e 30 milhões de alunos, diversos programas produzidos pela TV Senado.

Os programas serão permutados por meio de um termo de cessão que também estabelece a proibição de sua comercialização. A TV Escola produz ou contrata a produção desses programas especiais, enquanto a rede de televisão educativa faz sua transmissão para as escolas, que foram dotadas de antenas parabólicas e equipamen-

Dez senadores prestigiaram o ato de assinatura do convênio

tos de videocassete para fazer a recepção e difusão da programação junto à comunidade.

O ministro Paulo Renato manifestou satisfação em estabelecer a parceria com o Senado, enquanto o senador Antonio Carlos Magalhães destacou a importância de se submeter "a atividade parlamentar ao julgamento do povo brasileiro, em tempo real".

Participaram da solenidade de assinatura do convênio, no gabinete da presidência do Senado, os senadores Bernardo



Cabral (PFL-AM), Hugo Napoleão (PFL-PI), Artur da Távola (sem partido-RJ), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Geraldo Althoff (PFL-SC),

Agnelo Alves (PMDB-RN), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Freitas Neto (PFL-PI), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Romeu Tuma (PFL-SP).

## Comissão de Fiscalização discute auditorias do TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), reúne-se hoje, às 14h30, para apreciar, entre outros assuntos, dez documentos enviados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) dando conhecimento ao Senado de auditorias e outras atividades realizadas pelo órgão.

Os integrantes da comissão também analisarão as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Nordeste, apresentadas pelo Banco do Nordeste, relativas a 1997, e os balanços do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, referente ao primeiro semestre de 1995, encaminhados pelo Banco da Amazônia S/A.

## CI analisa pedido para Padilha esclarecer denúncia contra DNER

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprecia hoje, às 9h30, requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) que convida o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, a prestar esclarecimentos sobre denúncias publicadas na imprensa relacionadas com cobrança de propina para liberação de precatórios no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O requerimento pede a presença do ministro diante da própria comis-

são e pretende apurar o possível envolvimento de Padilha nas irregularidades denunciadas.

A comissão analisará ainda, entre outros itens, projeto da Câmara que obriga as empresas distribuidoras de gás a lacrar os botijões e requalificá-los. O projeto tem parecer pela rejeição do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), e voto em separado favorável do senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

## ACM critica proposta de reforma tributária aprovada na Câmara

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, criticou ontem o relatório elaborado pelo deputado Mussa Demes (PFL-PI) e aprovado pela Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados. Ele disse que, "se a Câmara não mudar o

relatório, o Senado muda".

Na opinião de Antonio Carlos, Mussa Demes "tomou compromisso com muitas pessoas e o resultado é que não pode cumprir nenhum". O senador considerou o relatório "cheio de defeitos".

## Representantes da área de saúde pressionam por emenda

Uma comissão de representantes de associações e entidades da área de saúde procurou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para solicitar agilidade na tramitação da proposta de emenda constitucional que vincula recursos para o setor. Antonio Carlos garantiu aos profissionais que vai empenhar-se por uma tramitação rápida da matéria no Senado.

O grupo, que se diz suprapartidário, quer conseguir, ainda este ano pelo menos, a aprovação em primeiro tur-

no da PEC. Ele congrega representantes do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, do Conselho Nacional de Saúde, da Associação Médica Brasileira e da Associação Paulista de Medicina.

A proposta de emenda constitucional, já aprovada na Câmara, tem como objetivo estabelecer um mínimo de investimentos no setor, capaz de garantir a manutenção do funcionamento dos serviços e evitar colapso no atendimento à população.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente  
11h — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

#### 10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 1-A/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; quarto dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; "PDL nº 105/98, que renova a permissão à Rede Norte Sul de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre (RS); "PDL nº 107/98, que renova a concessão à Rádio e TV Portovisão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre (RS); "PDL nº 111/98, que renova a concessão da Emissora Santuário Serafinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Serafina Corrêa (RS); "PDL nº 113/98, que renova a permissão outorgada à Rádio Estância Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Lourenço (MG); "PDL nº 58/99, que renova a concessão da Sociedade Rádio Montanhosa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Viçosa (MG); e "Requerimento nº 702/99, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 50/99, com os PLS nºs 154 e 208, de 1999.

### COMISSÕES

#### 9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: "PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo — GLP ou de gás natural a lacrar os botijões e qualificar-los; "PLC nº 1/96, que institui para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares; "PLS nº 284/99, que dispõe sobre a instalação de telefones especiais para surdos; e "Requerimento nº 14/99, da senadora Marina Silva e outros, solicitando o comparecimento do ministro dos Transportes, deputado Eliseu Padilha na Comissão. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

#### 10h — CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação dos relatórios do "Caso Encol"; "Tribunal de Justiça de Mato Grosso e conclusões finais da CPI. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

#### 10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: entre outros itens, "PL nº 38/99 — CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 3,6 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

#### 14h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Apreciação de várias matérias, destacando-se: "Diversos nº 48/97, encaminha ao Senado relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre de 1997; "Diversos nº 52/97, encaminha ao Senado as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco Nordeste, com composição em 30.6.97; "Diversos nº 5/98, encaminha ao Senado as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31.12.97; "Mensagem ao Congresso Nacional nº 541/99 — (2ª atuação), abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 55,5 milhões, em favor de refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 17*

#### 15h — CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Reunião pública. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Alíquota de 27,5% do IR prorrogada até 2003

Plenário aprova e envia à sanção presidencial projeto do governo que autoriza cobrança por mais quatro anos de percentual maior do imposto na fonte das pessoas físicas que ganham acima de R\$ 1.800,00 mensais

O plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, projeto do governo que prorroga até o final de 2003 a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda de pessoas físicas que ganham mais de R\$ 1.800,00 por mês ou R\$ 21.600,00 na declaração anual de rendimentos. A alíquota, instituída temporariamente pelo pacote fiscal de outubro de 97, voltaria a 25% a partir de 1º de janeiro próximo caso não tivesse sido prorrogada. Como o projeto já foi votado pelos deputados, será agora encaminhado à sanção do presidente da República.

Durante a discussão da matéria em plenário, vários senadores do Bloco Oposição questionaram a prorrogativa e defenderam que fosse aprovada uma emenda do senador José

Eduardo Dutra (PT-SE), que transformava as atuais alíquotas (de 15% e de 27,5%) em quatro, com a finalidade de taxar mais os salários elevados (previa cobrança de até 35% para renda superior a R\$ 4 mil).

Dutra sustentou que sua proposta reduziria o Imposto de Renda dos salários mais baixos, mantinha a alíquotas dos salários intermediários e aumentava a tributação dos rendimentos mais elevados. No final, afirmou, o governo obterá uma receita adicional de aproximadamente R\$ 350 milhões se sua emenda obtivesse aprovação. "O Imposto de Renda no Brasil é pouco progressivo. Agrava o ônus sobre a classe média e oferece uma situação privilegiada às classes de renda mais alta", opinou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, no fundo, o governo não está querendo a reforma tributária em tramitação na Câmara e, pelo projeto da prorrogativa da alíquota elevada de IR, "fica claro que interessa ao governo apenas o aumento da arrecadação federal". Para ele, a reforma tributária "ficará para o próximo governo".

Por sua vez, Jefferson Péres (PDT-AM) acusou o governo federal de executar "a política de transformar o provisório em permanente". Lembrou que a CPMF seria provisória e "agora está se transformando em permanente, podendo ocorrer o mesmo com a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda".

Já Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse não entender o governo, que "costuma copiar medidas econômicas implantadas nos países ricos, menos na cobrança de Imposto de Renda dos mais abastados". Lembrou que a alíquota máxima de IR de pessoa física na Alemanha é de 53%, no Japão 50% e na Grã-Bretanha 40%, percentuais bem mais altos que no Brasil.

Base de cálculo (em R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto (em R\$)
Até 900,00	—	—
Acima de 900,00 até 1.8 mil	15	135,00
Acima de 1.8 mil	25	315,00

## Plenário aprova convênio de defensorias com a União

A Defensoria Pública da União poderá estabelecer convênios com as defensorias dos estados, permitindo que os funcionários estaduais façam a defesa de causas de pessoas necessitadas junto à primeira e à segunda instâncias das justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar. Projeto de lei complementar com essa finalidade, de autoria do governo federal, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado, sendo encaminhado imediatamente à sanção presidencial.

A Defensoria da União prestará assistência judiciária preferencialmente junto ao STF e tribunais superiores, de acordo com a proposta. O projeto foi aprovado em votação simbólica, com votos contrários do Bloco Oposição. José Eduardo Dutra (PT-SE) manifes-

tou-se contra o projeto, argumentando que as defensorias dos estados mal têm conseguido dar conta das ações no âmbito dos estados. O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), que já atuou como defensor público em seu estado, concordou com os convênios, mas pediu que os estados dêem condições materiais de trabalho aos defensores.

O relator Bernardo Cabral (PFL-AM) acredita que os convênios trarão economia ao governo federal, sustentando que a Constituição já prevê esse tipo de cooperação entre a União e os estados. O plenário rejeitou emenda do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que incluía as seções estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil nos convênios.

## Emenda sobre MPs tem discussão em segundo turno

Os senadores iniciam hoje a discussão, em segundo turno, de proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável à matéria, apresentado na forma de substitutivo pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). A votação final deve ocorrer na quarta-feira da próxima semana, quando haverá o terceiro e último dia de discussão.

Também transcorre hoje o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades.

Além dessas matérias, os senadores votam a renovação de licenças de funcionamento em favor da Rede Norte Sul de Comunicação Ltda. e Rádio e TV Portovisão Ltda., de Porto Alegre (RS); Emissora Santuário Serafinense Ltda., de Serafina Corrêa (RS); Rádio Estância Ltda., de São Lourenço (MG); e Sociedade Rádio Montanha Ltda., de Viçosa (MG).



Durante a votação, vários senadores do Bloco Oposição defenderam emenda que criava uma alíquota de 35% para salários acima de R\$ 4 mil



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1999

- 1**  
Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1999 — Complementar (nº 24/99 — Complementar, na Casa de origem). Presidente da República. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 (Defensoria Pública).  
**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 57 Não: 10 Abst.: 02 Total: 69. À sanção.
- 2**  
Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1999 (nº 1.594/99, na Casa de origem). Presidente da República. Altera a Legislação Tributária Federal (Imposto de Renda). Lido o Recurso nº 26, de 1999, para que seja submetida ao plenário a Emenda nº 1 apresentada na CAE, de autoria do senador José Eduardo Dutra.  
**Resultado:** Aprovado o projeto. Rejeitada a emenda. À sanção.
- 3**  
Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1999. Lúcio Alcântara e outros. Assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades.  
**Resultado:** Encerrado o terceiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.
- 4**  
Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 1998 (nº 569/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal OM de Canindé (CE).  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 5**  
Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1998 (nº 570/97, na Câmara dos Deputados). Renova a permissão outorgada à Rádio Educadora Trabalhista FM de Ubá (MG).  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 6**  
Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 1998 (nº 605/97, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Rádio Cultura OM de Araraquara (SP).  
Parecer nº 295/99-CE, Relator: senador Romeu Tuma, favorável, com abstenção da senadora Marina Silva.  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 7**  
Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 1998 (nº 618/98, na Câmara dos Deputados). Renova a concessão da Rádio TV do Maranhão Ltda. em São Luís (MA).  
**Resultado:** Aprovado. À promulgação.
- 8**  
Projeto de Lei do Senado nº 405, de 1999. Luiz Estevão. Altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples.  
**Resultado:** Lido e aprovado requerimento de adiamento de discussão da matéria, a fim de ser feita na sessão deliberativa ordinária do dia 8 de dezembro próximo. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 8.12.99.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

## CMO vota crédito para sedes da Justiça Eleitoral

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), vota hoje, às 10h, projeto de lei que abre no Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de R\$ 3,6 milhões em favor da Justiça Eleitoral.

Os recursos destinam-se à continuidade das obras de construção de edifícios-sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) nos estados do Espírito Santo, Mato Gros-

so, Paraíba, Rondônia e de prédios para abrigar cartórios eleitorais do TRE no Acre e no Mato Grosso do Sul.

Os parlamentares votam também relatório sobre a execução orçamentária relativa à BR-342/MG — Araçuaí-Salinas. A matéria foi analisada pelo senador Wellington Roberto (PMDB-PB), que recomenda a liberação das dotações destinados à rodovia.

# Souto apresenta hoje resultados das investigações

A Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário reúne-se hoje, às 10 horas, para debater as conclusões a que o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), chegou durante o período de investigação. Antes, ele apresentará os relatórios sobre os casos da falência da construtora Encol e das denúncias feitas pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro, envolvendo



membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

O depoimento que estava previsto para a tarde de ontem, quando o relator da CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados, Moroni Torgan (PFL-CE), falaria sobre o possível envolvimento de membros de TJMT com o tráfico internacional de drogas, não pôde ser realizado, em função das várias atividades simultâneas que ocorreram no Congresso Nacional.

## Brasil mostra que ninguém é intocável, afirma Ramez Tebet

“A CPI do Judiciário é a trincheira da sociedade contra a impunidade, pois pela primeira vez na História do Brasil estamos mostrando que ninguém é intocável”, comentou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao analisar os trabalhos desenvolvidos até agora pela comissão parlamentar de inquérito.

Presidente da CPI do Judiciário, Tebet disse que a comissão aumentou suas responsabilidades ao conquistar a confiança da população brasileira. Ele observou que o sucesso dos trabalhos pode ser medido pelo número de denúncias que chegaram até o momento na secretaria da comissão: aproximadamente 3.600, das quais 3.470 já foram catalogadas.

— Estamos trabalhando para o fortalecimento das instituições. Se a CPI não tem o condão de punir os faltosos, por outro lado ela pode averiguar os fatos que atentam contra a honrabilidade do Poder Judiciário. Não estamos investigando todas as denúncias que chegam por completa impossibilidade, mas todas elas serão enca-

minhadas a quem de direito — explicou Tebet.

O senador por Mato Grosso do Sul destacou que a CPI não provocou qualquer crise entre os poderes da República e ainda contribuiu para que a reforma do Judiciário tivesse sua tramitação acelerada no Congresso Nacional. Sobre o assunto, Tebet defendeu a criação de um órgão de controle externo do Judiciário. Ele observou que, pelas denúncias que têm chegado ao Senado, o atual sistema de corregedorias não está funcionando a contento.

Fazendo um balanço dos trabalhos da CPI do Judiciário até o momento, Ramez Tebet disse que a avaliação é positiva. Ele comentou que o não comparecimento dos juízes Asdrubal Zola Vasques Cruxên, ex-titular da Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal, e Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, ex-titular da Vara da Infância e do Adolescente de Jundiaí, para prestar depoimento não comprometeu o trabalho da comissão parlamentar de inquérito.

## Para relator, necessidade de reforma ficou evidenciada

Ao fazer um balanço dos trabalhos da CPI do Judiciário, o senador Paulo Souto afirmou que um dos principais serviços prestados pela comissão foi convencer os parlamentares e a sociedade de que o Poder Judiciário necessita passar por uma reforma em sua estrutura. Ele anunciou, inclusive, que apresentará propostas de sugestões de mudanças naquele poder.

— A CPI mostrou, com a adesão da sociedade, que o Judiciário, como todos os outros poderes, tem problemas que não poderiam mais ficar escondidos e assim quebramos as resistências à reforma — declarou o relator da comissão.

Paulo Souto também chamou a atenção para a importância de a comissão ter investigado todos os casos e ter reunido provas e documentação que possam subsidiar ações do Ministério Público da União. “Apesar do caráter político que uma comissão como essa tem, pelo fato de acontecer no Senado e de realizar os trabalhos de forma aberta,

se você não documenta as conclusões, pode frustrar todos os casos investigados”, explicou.

O relator da CPI informou que a documentação recolhida pela comissão é tão consistente que o “Ministério Público vai encontrar parte do caminho das investigações já percorrido”. Disse que em nenhum momento a CPI ficou impedida de realizar seus trabalhos por ações contrárias de autoridades do Judiciário.

— Não se criou um impasse entre os poderes, pois a CPI tinha que agir e agiu dentro de seus limites — esclareceu o senador, observando que o fato de alguns juízes terem se negado a depor não comprometeu os trabalhos.

Souto afirmou que todos os casos foram bem apurados, mas apontou, especialmente, o êxito alcançado nas investigações sobre as irregularidades e o superfaturamento na construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.



O comando da CPI, composto por Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet, promoveu 60 reuniões desde 8 de abril

## Denúncias foram apuradas em sete meses, 60 reuniões e 74 depoimentos

Com a apresentação, no dia 17, do relatório sobre as investigações a respeito de ilegalidades e superfaturamento na obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a CPI do Judiciário completou 60 reuniões, em pouco mais de sete meses de funcionamento. Instalada no dia 8 de abril deste ano a partir de requerimento apresentado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a comissão ouviu 74 depoimentos, e o relator, senador Paulo Souto, já apresentou suas conclusões para sete dos nove casos que vêm sendo investigados.

De todas as investigações, o caso de denúncias de ilegalidades e superfaturamento na construção do prédio das juntas de Conciliação e Julgamento do TRT-SP na capital paulista foi o que envolveu o maior número de depoimentos. Foram 13, tendo sido ouvidos um auditor do Tribunal de Contas da União, o ex-genro do principal denunciado (o juiz Nicolau dos Santos Neto), dois parlamentares, cinco magistrados, dois engenheiros e dois empresários. O relatório com as conclusões foi apresentado no dia 17 de novembro.

Outra investigação que envolveu um grande número de depoimentos — 12

no total — foi a referente às denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no TRT do Rio de Janeiro, durante a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994. Foram ouvidos dois advogados, um jornalista, um procurador da República, quatro juízes e um ex-funcionário do TRT-RJ, um juiz classista, um ex-juiz classista, além do próprio Mello Porto. O caso começou a ser apurado no dia 18 de maio e foi concluído em 21 de outubro.

A CPI investigou, também, a denúncia de que o corregedor-geral de Justiça do Amazonas, desembargador Daniel Ferreira da Silva, teria expedido irregularmente alvarás de soltura para pelo menos nove presos no estado. A acusação, feita pelo procurador regional da República no Amazonas, Osório Barbosa Sobrinho, também envolvia a advogada Maria José Menescal. Além do procurador, foram ouvidos um advogado, um delegado da Polícia Federal, dois procuradores de Justiça do estado e um jornalista, além do próprio desembargador Daniel Ferreira. O primeiro depoimento foi no dia 5 de maio e o relatório foi aprovado pela CPI em 21 de outubro.

Também foi aprovado, em 11 de no-

vembro, o relatório sobre o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança deixada por seu pai, o empresário Washington Nominatto — proprietário, entre outras empresas, do Consórcio Nacional Itapemirim —, teria sido dilapidada no processo de inventário. No decorrer das investigações, iniciadas dia 20 de maio, foram ouvidos três advogados, um contador, a mãe do menor, um ex-auditor do Banco Central e um inspetor de justiça.

No curso das investigações, iniciadas em 19 de abril, das denúncias de nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indébita de recursos públicos e compras sem licitação feitas no TRT da Paraíba, a CPI ouviu oito pessoas — um ex-funcionário do tribunal, um subprocurador da República, três magistrados, um superintendente da Polícia Federal, um comerciante e um avaliador. Em 9 de novembro, o relator Paulo Souto apresentou suas conclusões sobre o caso.

As investigações sobre as denúncias de adoções irregulares por casais estrangeiros, autorizadas pela Vara da Infância e do Adolescente de Jundiaí, presidida na época pelo juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, envolveu oito depoimentos. O relatório foi aprovado no dia 19 de outubro.



# Dois últimos relatórios serão divulgados



## Antonio Carlos pediu criação de comissão de comissão em março

A proposta de criação de uma CPI para investigar denúncias de irregularidade no Poder Judiciário foi apresentada no dia 25 de março pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Na ocasião, o senador fez pronunciamento em que enfatizou que seu objetivo com a proposta era o de "construir e não destruir", ressaltando que um "Poder Judiciário forte é pilar da democracia". Em função disso, destacou, "não há sacrifício a poupar para que a Justiça se faça e esteja sempre limpa e presente".

Antonio Carlos disse naquela oportunidade não aceitar a lentidão da Justiça, explicando que uma instituição em que "grande parte dela prima pela seriedade, se apequena quando maculada pelos que não são sérios". A Justiça não pode estar nas mãos dos "indignos de praticar o Direito", frisou, acrescentando que estava chocado ao constatar "atos de insensibilidade e até de desumanidade de juízes".

Amparado no artigo 58 da Constituição federal, o requerimento de criação dessa CPI foi publicado no dia seguinte no *Diário do Senado*, e listava os seguintes fatos determinados como motivadores de sua instalação:

a) licitação e contratação de obras e serviços sem observância das normas legais, tais como a construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo;

b) emprego irregular de recursos públicos, a exemplo do ocorrido no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba;

c) nepotismo e nomeações irregulares, como ocorrido nos tribunais regionais do Trabalho da Paraíba e do Maranhão;

d) corrupção passiva e concussão praticadas por magistrados, a exemplo do ocorrido na Justiça estadual de São Paulo; e

e) casos de vultosas indenizações calculadas com o intuito de lesar o erário.

Com prazo previsto para encerrar seus trabalhos no dia 30 de novembro, a Comissão Parlamentar de Inquérito que apura denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, criada por proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), está em sua fase final. Faltam apenas dois relatórios, que serão apresentados hoje, dos nove casos investigados pela CPI.

Um deles trata das investigações sobre denúncias feitas pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro, contra membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Além das investigações envolvendo integrantes do TJMT, Paulo Souto também apresentará hoje o relatório referente à maior falência da história do Brasil, a da construtora Encol, cujo processo foi conduzido pelo juiz Avenir Passo de Oliveira, da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia.

Veja, a seguir, as conclusões sobre cada um dos casos apresentados pelo relator, senador Paulo Souto, e aprovadas pelos demais senadores integrantes da CPI do Judiciário, que é presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

### TRT-SP

O relatório da CPI concluiu que o juiz aposentado Nicolau dos Santos Netto, ex-presidente do TRT-SP, praticou atos que indicam improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e desvio de dinheiro público em proveito próprio e alheio, durante o período em que foi responsável pela construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento do tribunal. Ficou constatado que houve irregularidade e superfaturamento na licitação e execução da obra. Os representantes da Incal/Ikal (que ganhou a concorrência para a construção do prédio), Fábio Monteiro de Barros e José Eduardo Ferraz, o procurador da International Real Estate, Pedro Rodvalho, além do juiz Nicolau, são relacionados por terem se associado para se apropriar de recursos públicos e praticar lavagem desse dinheiro. O juiz Délvio Buffulin, segundo o relatório aprovado por unanimidade, também facilitou e concorreu para a incorporação ilícita de verbas públicas ao patrimônio do Grupo Monteiro de Barros. Principal acionista do Grupo OK, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi citado porque suas empresas receberam depósitos provenientes do Grupo Monteiro de Barros.

### NOMINATTO

O relatório da CPI sobre o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, que teve sua herança dilapidada durante o processo de inventário na Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal, apontou a existência de indícios de que o juiz na época responsável pela Vara, Asdrubal Zola Vasques Cruxên, e a promotora Zenaide Souto Martins teriam contribuído para a dilapidação do patrimônio do herdeiro do Consórcio Ita-



A CPI, que encerra seus trabalhos no dia 30, concentrou as investigações em nove casos

pevirim. De acordo com o documento, aprovado por unanimidade, Cruxên pode ter cometido os crimes de prevaricação (por ter conduzido o inventário de forma demorada e propiciado a dilapidação do patrimônio do espólio pelos responsáveis judiciais de sua guarda), exercício arbitrário ou abuso de poder (quando teria impedido que a mãe do menor contratasse o advogado Joaquim Thomás Lopes).

### TRT-PB

As investigações da CPI sobre as denúncias de ilegalidades no âmbito do TRT-PB comprovaram a prática de nepotismo, admissão irregular de pessoal, aquisição superfaturada de imóveis, pagamento ilegal de diárias aos servidores e magistrados, turismo internacional às custas do contribuinte e nomeação irregular de juízes classistas. Esta foi a conclusão do relatório apresentado por Paulo Souto e aprovado por unanimidade pelos demais membros da comissão. O documento recomenda ao Ministério Público a instauração de procedimento criminal contra o juiz Aluizio Rodrigues, para apurar prática de crime de falso testemunho por ele ter declarado à CPI que desconhecia o pagamento de despesas hospitalares em seu favor pelo TRT, quando ele próprio havia autorizado o pagamento, na qualidade de presidente.

### BASA

A juíza Yvette Lúcia Pinheiro pode ter cometido negligência ao proferir a sentença condenando o Banco da Amazônia (Basa) a pagar indenização de R\$ 81 bilhões à Madeireira Sabim, estando ainda pendente de julgamento um agravo de instrumento sobre o caso, e por ter aceito perícia falsa feita pelo engenheiro civil José Maria Monteiro David. Por estes motivos, o relatório da CPI sobre o caso propõe que seja sugerida à presidência do Tribunal de Justiça do Pará a aplicação da pena de advertência à magistrada. O documen-

to também concluiu que José Maria Monteiro praticou crime de falsa perícia ao superavaliar terrenos pertencentes à Madeireira Sabim. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Pará (Crea-PA) serão comunicados sobre o assunto para aplicar penalidade disciplinar pertinente ao engenheiro, que extrapolou as prerrogativas de sua habilitação legal ao aceitar o encargo de perito de imóvel rural sem deter a habilitação requerida.

### AMAZONAS

O relatório das investigações sobre a concessão indevida a narcotraficantes de mandados de soltura e progressão de regime de execução penal na Justiça amazonense concluiu que existem indícios de favorecimento, por parte do desembargador Daniel Ferreira da Silva, das ações criminosas propostas pela advogada Maria José Rodrigues Menezal de Vasconcellos. Uma das irregularidades citadas é que o magistrado deferiu cinco *habeas corpus* impetrados pela advogada sem observância da distribuição e antes mesmo dos documentos serem protocolados. A CPI sugere ao Ministério Público que examine a possibilidade de Daniel Ferreira ter infringido o artigo 319 do Código Penal. Ele também, segundo o relatório de Paulo Souto, pode ter instigado o tráfico de entorpecentes e ter infringido dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa. Já Maria José de Vasconcellos e seu sócio, o também advogado, Rômulo Almeida do Nascimento, podem ter cometido o crime de exploração de prestígio. Segundo o relator, o desembargador e a advogada permitiram ou facilitaram a soltura irregular e ilegal de narcotraficantes.

### TRT-RJ

O juiz José Maria de Mello Porto pode ter praticado crime contra a ordem tri-

butária, segundo concluiu o relatório da CPI do Judiciário sobre as irregularidades ocorridas no âmbito do TRT-RJ. Também foi levantada a possibilidade de o juiz ter praticado crimes de prevaricação, condescendência criminosa e improbidade administrativa. O Ministério Público será comunicado sobre o fato de Mello Porto, quando presidente do tribunal, não ter determinado a apuração de denúncias contidas em fita cassete apresentada pelo jornalista José Eduardo Homem de Carvalho. As gravações registram o relato de duas juízas classistas, Nair Bairral e Ana Wainstock, e da advogada Laila Keizen sobre irregularidades, como a venda de votos. A suposta omissão do juiz pode ser enquadrada, conforme o relatório, como prevaricação ou condescendência criminosa. A comissão também encaminhará ao Ministério Público as provas obtidas que vinculam a promoção pessoal do juiz Mello Porto aos juízes classistas, a fim de que seja apurada a eventual existência de ato de improbidade administrativa.

### JUNDIAÍ

De acordo com o relatório aprovado pela CPI, o juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, ex-titular da Vara da Infância e do Adolescente de Jundiaí, a promotora Inês Makwski de Oliveira Bicudo, que atuava no fórum da cidade, comissários de menores e serventuários da Justiça podem ter cometido delitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Código Penal. Também foram encontrados indícios de que Beethoven, a promotora e os demais envolvidos tenham infringido o artigo ECA que proíbe a promoção ou auxílio a efetivação de ato destinado ao envio de menores para o exterior com a inobservância das formalidades legais, ou para obter lucro.

# Relatório diz que Proer causou prejuízo de R\$ 28 bi

Para o senador Jader Barbalho, sub-relator da CPI, Banco Central "tentou esconder" números das operações de salvamento de bancos

O Banco Central "tentou esconder" os números dos prejuízos das operações de salvamento de bancos com o Proer e consultores privados contratados pela CPI concluíram que dificilmente o BC receberá de volta R\$ 28,2 bilhões dos R\$ 37,7



bilhões gastos no programa. A afirmação consta do sub-relatório que o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) apresentará hoje, às 15h, aos integrantes da CPI do Sistema Financeiro.

Jader Barbalho ficou encarregado das investigações sobre as razões da fragilidade do sistema bancário nacional apesar dos elevados gastos do Proer. Ele diz que o Banco Central conduziu o programa com "pouca transparência" e "pouca competência". O senador peemedebista recomenda que toda a documentação obtida pela CPI seja encaminhada ao Ministério Público, a qual sustentará ações judiciais "que visem responsabilizar os agentes públicos e privados que, por ação ou omissão, cometeram atos ilícitos" apontados em seu relatório. E pede que eles façam ressarcimento dos prejuízos aos cofres públicos.

Entre os atos que Jader Barbalho aponta como ilícitos está a aceitação, pelo valor facial, de títulos poderes de várias instituições, especialmente do Banco Nacional, como garantia para os empréstimos do Proer, "títulos negociados amplamente no mercado com enormes deságios". O senador aponta ainda "eloqüentes indícios de favorecimento" ao grupo inglês HSBC no processo de compra do Banco Bamerindus:

— Consultores independentes constataram que são muito fortes os indícios de que a venda do Bamerindus

foi escandalosamente favorável ao grupo HSBC — sustenta.

O sub-relatório pede ainda ao Ministério Público a responsabilização do atual diretor de Fiscalização do BC, Luiz Carlos Alvarez, ex-interventor no

Bamerindus, "na provável compra de US\$ 900 milhões em títulos da dívida externa brasileira", dois dias após a intervenção feita pelo BC.

Jader quer ainda que os procuradores públicos ampliem as investiga-

e passivos de R\$ 2,3 bilhões do Econômico?", questiona.

O senador diz ainda que a CPI identificou "manobras administrativas e contábeis" que prejudicaram fortemente os acionistas minoritários de instituições negociadas ao amparo do Proer. Afirma também que há "flagrante favorecimento" por parte do BC aos bancos compradores de outras instituições ao permitir que eles desviassem dinheiro de cadernetas de poupança para "atividades especulativas", ao invés de aplicá-lo na se-



CPI vai apreciar recomendação de Jader aos procuradores públicos para que ampliem investigações sobre o papel do Banco Central na venda do Econômico

ções sobre a condução, para ele irregular, do Banco Central na venda do Econômico ao Excel. O Excel, sustenta Jader, comprou o Econômico com apoio do BC apesar de possuir um patrimônio líquido cinco vezes inferior ao do Econômico antes da fusão. Para o senador, trata-se de uma operação tipo "sardinha engolindo tubarão". "Como pôde o Excel, fazendo um aporte de somente R\$ 123 milhões entre maio de 96 e outubro de 97, assumir ativos

tor imobiliário. Só o HSBC teria conseguido um lucro de R\$ 500 milhões em dois anos com tal manobra, de acordo com o documento que a CPI discutirá hoje.

O sub-relatório recomenda ao Tribunal de Contas da União que faça uma ampla auditoria nas contas do Banco Central, "com ênfase nas intervenções realizadas no âmbito do Proer", com a finalidade de verificar irregularidades apontadas no resultado da investigação da CPI.

## Para Jader, explicação é insulto à inteligência

As autoridades do governo, "inclusive o presidente da República", apresentaram aos brasileiros "informações incorretas" sobre a forma como o Proer foi financiado, sustenta em seu relatório o senador Jader Barbalho. "A afirmação de que o Proer usou recursos do sistema" oriundos de depósitos compulsórios é um insulto à inteligência dos contribuintes", diz.

Os depósitos compulsórios, explica ele, são depósitos dos bancos feitos compulsoriamente no Banco Central. "Não há como subtrair em caráter permanente R\$ 28,2 bilhões dos compulsórios, a não ser dando desfalque nos titulares dos depósitos", afirma o senador. Ou seja, quando o Banco Central devolver o dinheiro, vai fazê-lo com dinheiro dos contribuintes.



Jader: até presidente da República deu informações incorretas à população sobre o Proer

Os consultores independentes contratados pela CPI, de acordo com o texto, constataram que o Proer consumiu R\$

43,3 bilhões, dos quais o BC só conseguiu recuperar R\$ 5,6 bilhões. Resta um saldo devedor de R\$ 37,7 bilhões, dos quais R\$ 28,2 bilhões são "de recebimento duvidoso pelo Banco Central", ou seja, há pequena chance de que um dia eles retornem aos cofres públicos, no entendimento do senador Jader Barbalho.

De acordo com levantamento da CPI, desde o lançamento do Plano Real (1994) 188 instituições financeiras foram submetidas a regimes especiais de intervenção ou apoio do BC, somando dívidas de R\$ 75,5 bilhões. Destes, sete tiveram amparo do Proer: Econômico-Excel, Nacional-Unibanco, Bamerindus-HSBC, Banorte-Bandeirantes, Mercantil-Rural, Martinelli-Pontual e Antônio de Queiroz-United.

## Calheiros propõe debate sobre armas na CCJ

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) propôs ontem um debate amplo e transparente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a proibição da venda de armas e munições no país, restringindo seu uso às Forças Armadas, órgãos de inteligência e segurança e empresas de segurança legalmente constituídas.

Calheiros lembrou que, quando foi ministro da Justiça, apresentou um projeto nesse sentido, que foi "desfigurado" durante sua tramitação na Câmara. "Assim, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, decidiu apresentar proposta resgatando as idéias originais do projeto e o PMDB me ofereceu sua relatoria."

Segundo Calheiros, a atual legislação sobre armas, que exige seu registro e regulamenta seu porte, está anacrônica. "A lei acabou favorecendo a clandestinidade e hoje temos 20 milhões de armas ilegais e 1,5 milhão delas devidamente registradas."

"Quase 90% dos crimes no país são cometidos com armas de fogo. Segundo a ONU, ostentamos o triste título de campeão mundial de homicídios. Em pesquisa que fizemos no meio do ano, 85% da população concordou com a proibição da venda de armas. A Inglaterra, primeiro país a proibir comercialização de armas de fogo, conseguiu reduzir drasticamente as estatísticas de mortes", disse o senador.



Calheiros disse confiar que Senado vai dar a resposta contra violência que a sociedade espera

Para garantir que o projeto a ser aprovado terá ampla aceitação da opinião pública, Calheiros propôs trazer à CCJ governadores, entidades civis e, por respeito ao contraditório, os próprios fabricantes de armas.

Ao finalizar seu discurso, Renan Calheiros afirmou que a cidadania se faz no dia-a-dia. "O Senado saberá fazer a opção correta entre a sociedade brasileira, assustada e desamparada com a atual violência, e uma pequena confraria de fabricantes de armas cuja alça de mira somente focaliza lucros num raciocínio contábil e medieval."

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) enfatizou a necessidade de impedir a lavagem de dinheiro. "Sem mexer nos recursos do crime organizado, pode-se confiscar armas e prender 500 pessoas que não se resolverá o problema." Bernardo Cabral (PFL-AM) lamentou que a população brasileira esteja começando a conviver com a violência como se fosse "natural".

## Bornhausen apresenta Código do Contribuinte

O senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, apresenta hoje projeto de lei complementar que cria o Código de Defesa do Contribuinte. O objetivo da proposta é permitir que os contribuintes "tenham uma relação de igualdade" com o fisco, fixando obrigações das autoridades fazendárias no tratamento com pessoas e empresas. Bornhausen detalha o projeto em entrevista que a TV Senado exibe hoje, às 8h30 e às 20h30.

O projeto proíbe que fiscais possam fechar qualquer estabelecimento de comércio ou indústria ou se façam acompanhar de força policial em seu trabalho, exceto se houver autorização de um juiz. Um dos 62 artigos do novo código impede que as secretarias de Fazenda dos estados e dos municípios publiquem listas de contribuintes em débito, por causa dos prejuízos morais e financeiros que isso provoca — o que muitas vezes acaba levando uma firma à falência.

Pela proposta, os órgãos fazendários terão que responder em 30 dias reclamações de contribuintes em pro-



Projeto de Bornhausen proíbe atitudes arbitrárias por parte de fiscais fazendários

cessos e só poderão autuar uma empresa ou contribuinte pessoa física se tiver alertado do problema com pelo menos cinco dias de antecedência. As diligências dos fiscais nunca poderão passar dos 90 dias e os contribuintes terão direito a receber cópias e explicações de qualquer processo nos órgãos fazendários. Nenhum contribuinte será obrigado a fazer um pagamento para ter o "direito de reclamar".

# Três PECs serão usadas para combater a pobreza

Comissão Mista do Congresso encerra trabalhos com relatório propondo medidas para erradicar a miséria. Entre elas, a criação de um fundo constitucional e a adoção de programas de renda mínima e do conceito de Orçamento Social

Sob aplausos, a Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza encerrou ontem seus trabalhos, aprovando três propostas de emenda constitucional que irão agora ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de serem deliberadas em plenário.

Elaborada pelo relator da comissão, deputado Roberto Brant (PFL-MG), com base em iniciativa do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, proposta de emenda constitucional institui o Fundo de Combate à Pobreza e uma contribuição social sobre movimentação ou transmissão de valores e créditos financeiros.

Outra emenda constitucional vem sendo defendida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) desde 1991, obrigando o Estado a garantir a todo cidadão renda mínima suficiente para gastos

com alimentação, vestuário, moradia e locomoção.

O relatório também sugere incluir, na lei orçamentária anual, a proposta de Orçamento Social idealizado pela senadora Marina Silva (PT-AC), que compreenderá todos os gastos da administração direta e indireta com saúde, educação, assistência social, reforma agrária, habitação popular e saneamento.

Outra medida, também apresentada pelo PT, garante a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo, independentemente da periodicidade dos reajustes.

## CONSELHO

Na última reunião da comissão, foram aprovadas algumas alterações nessa proposta. Em vez de nove mem-



Os membros da comissão aprovaram o relatório final por unanimidade

bros, o Conselho Nacional da Solidariedade, responsável pela administração do fundo, terá 12 integrantes, e será diretamente subordinado ao presidente da República.

Resultante de consenso entre os membros da comissão, o relatório final de Brant também acolheu emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para fixar a competência do Congresso Nacional na regulamentação do funcionamento desse conselho, incumbido de aprovar o planejamento das ações de combate à pobreza, assim como definir o universo de beneficiários, autorizar a aplicação dos recursos e submeter o orçamento do fundo ao Congresso Nacional.

Outra sugestão aceita, do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), defende que o produto da arrecadação do Imposto sobre Grandes Fortunas, ainda a ser criado, figurará entre as fontes de recursos do Fundo de Erradicação da Pobreza.

A PEC sobre o fundo de combate à pobreza constitui o sexto e último capítulo do relatório final. No primeiro, uma exposição geral das 19 exposições feitas nas 25 reuniões que realizou a

comissão. O segundo tomo analisa as condições da pobreza no Brasil, ao passo que o terceiro faz uma avaliação da aplicação dos recursos públicos no combate à pobreza no Brasil. O quarto capítulo recomenda "tramitação em regime de prioridade" para 27 das 96 proposições sobre o assunto, enquanto o quinto explicita a proposta do relator.

Foram aprovados ainda requerimentos para que se realize um censo objetivando a coleta de dados referentes aos moradores de rua; e para que o relatório final seja traduzido para o inglês e enviado a organismos internacionais. Brant incluiu em seu relatório a ideia de a comissão tornar-se um organismo permanente, a fim de que seus trabalhos tenham continuidade.

Vice-presidente da comissão, a senadora Marina Silva considerou valiosa essa ideia e louvou a importância do trabalho realizado pela comissão. Roberto Saturnino se disse satisfeito com a finalização dos trabalhos e cumprimentou o espírito democrático do relator. "Esta comissão vai marcar época na história política do país", afirmou.



Marina Silva



## Relator aceita 26 das 41 emendas

Foram apresentadas 41 emendas e três votos em separado ao relatório final da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza. O relator, deputado Roberto Brant, acolheu, total ou parcialmente, propostas constantes de 26 delas.

A nova versão do relatório determina que o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza deverá vigorar até 2010. Será financiado pela contribuição social de 0,8% incidente sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, também criada pela PEC, com duração prevista de junho de 2000 a junho de 2010.

A proposta institui ainda um adicional de 5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ou imposto que vier a substituí-lo, incidentes sobre produtos supérfluos, fumo e derivados e bebidas alcoólicas.

Esse adicional também se destina ao financiamento do fundo, assim

como outra criação da PEC, o Imposto sobre Grandes Fortunas, imposto que será cobrado das pessoas físicas cujo conjunto de bens e direitos na declaração de renda ultrapasse em mil vezes o limite anual de isenção (que está hoje em R\$ 10.800,00 anuais).

Também financiarão o fundo dotações orçamentárias (que não poderão ser contingenciadas), um quinto dos incentivos fiscais concedidos pelo governo federal (a partir da data de sua redução ou extinção) e ainda dotações e contribuições de qualquer natureza.

Dos recursos do fundo, três quartos serão destinados a programas de transferência de renda a famílias pobres. O restante será aplicado em funcionamento de creches, melhoria de condições habitacionais, criação de frentes de trabalho, programas fundiários para geração de emprego e renda e concessão de microcrédito (Banco Popular).

## Sugestão a outros países

O quinto capítulo do relatório aprovado pela comissão preconiza que o Brasil, ao adotar medidas consistentes num programa de renda mínima, também proponha a instituição de mecanismos internacionais que permitam a todas as pessoas do mundo disporem do mínimo para sobreviver.



Eduardo Suplicy

O senador Eduardo Suplicy explicou que a ideia é que esses mecanismos sejam semelhantes ao tributo conhecido como Taxa sobre Transações Financeiras Internacionais. O desejo é que todos os países instituíam um programa de renda básica a fim de que, no próximo século, ninguém mais

passasse fome.

## ACM propõe R\$ 9 bilhões contra a miséria em 2001

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou ontem a proposta dos integrantes da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza de inclusão no Orçamento da União para 2000 de um novo programa para financiar ações de combate à pobreza. Para o próximo ano, a comissão está trabalhando com uma estimativa em torno de R\$ 4 bilhões, mas o senador antecipou que vai propor a elevação do montante para R\$ 9 bilhões no Orçamento de 2001.

Após participar de boa parte da reunião da comissão mista, Antonio Carlos destacou a importância do diálogo político entre seus integrantes, com vistas a aprovar um relatório final que seja apoiado por todos e permita criar um programa com recursos alocados no Orçamento. O senador registrou a importância da iniciativa do Congresso, lembrando que "estamos partindo de nada para um programa de mais de R\$ 4 bilhões".

— Ficou demonstrado que os verdadeiros interesses do país estão acima de partidos e ideologias. Todos se uniram, e fizemos um grande trabalho —

concluiu.

Indagado se nessa questão o PT e seu partido (o PFL) estariam juntos, Antonio Carlos assentiu: "Nessa, sim".

O presidente do Senado está otimista quanto à aprovação das medidas propostas pela Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza:

— Não tenho dúvida dessa aprovação, pois a comissão era formada por todos os partidos, e o relatório foi aprovado por unanimidade — afirmou.

Antonio Carlos também afirmou que, entre todas as questões debatidas pela comissão, duas ele entende que devem ser olhadas de imediato: a fome e a habitação. E alertou que o trabalho realizado é um primeiro passo e que, se outros não forem dados, até esse poderá ser perdido. Também ressaltou que "esse final foi um bom exemplo para o Brasil".

Respondendo ao deputado Alceu Collares (PDT-RS), o senador reafirmou que a emenda que apresentou não era apenas dele, mas que iria se juntar a diversos projetos sobre o mesmo assunto que tramitam na Câmara e no Senado.

## Tramitação será prioritária

Procurados pela Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza logo após a votação do relatório final do deputado Roberto Brant, os presidentes do Senado e da Câmara concordaram ontem em dar prioridade às três propostas de emenda constitucional resultantes desse trabalho. "Antes do término desta legislatura é preciso que tenhamos feito algo em relação a isso", disse Antonio Carlos Magalhães. "Vamos cortar prazos regimentais na Câmara para apressar essa votação", prometeu Michel Temer.

Eles vão acompanhar a comissão a uma audiência que ainda será marcada com o presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem será entregue uma cópia do relatório. Primeiro a receber o trabalho, Antonio Carlos ouviu do presidente da comissão, senador Maguito

Vilela (PMDB-GO), que nesses 90 dias todos os esforços foram feitos para que, perante o mundo, o Brasil não se envergonhe mais de ter tantas pessoas sem condições de sobreviver.

O presidente do Senado alertou os integrantes da comissão para os passos que precisam ser dados em relação ao Orçamento da União, a fim de que as medidas de combate à pobreza comecem a ser executadas já no próximo ano.

Com o presidente da Câmara, a comissão também pediu apoio para as propostas que começarão a tramitar e sugeriram ao deputado Michel Temer que uma comissão menor fique mobilizada para acompanhar, na lei orçamentária, a previsão de verbas a serem aplicadas nas iniciativas propostas pela comissão.



Maguito Vilela

# Comissões debatem transposição do São Francisco

Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e autoridades ligadas aos setores energético e ambiental são convidados para falar no próximo dia 2 sobre a seca no semi-árido nordestino

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, deverá comparecer no dia 2 à Comissão de Assuntos Sociais do Senado para falar sobre o projeto de transposição de águas do rio São Francisco. A reunião, marcada para as 9h, será em conjunto com as comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos.

Além do ministro, deverão comparecer à audiência pública o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo José dos Santos Garrido, o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, José Theodomiro de Araújo, e o ex-chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Sérgio Barbosa de Almeida.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), autora do requerimento propondo a audiência pública, a vinda do ministro e de autoridades ligadas aos setores energético e ambiental é uma excelente oportunidade para que o projeto de transposição de águas do São Francisco seja melhor esclarecido, além de ampliar os debates sobre a questão do semi-árido nordestino.

## Investigações sobre bingos eletrônicos vão prosseguir

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado dará continuidade às investigações sobre o esquema de corrupção envolvendo a abertura de bingos eletrônicos no país e sua utilização para lavagem de dinheiro de traficantes e mafiosos, conforme denúncia apresentada pelo Ministério Público.

No próximo dia 1º a comissão vai ouvir o jornalista Juca Kfourri, um dos primeiros a denunciar as irregularidades, o delegado da Polícia Federal Luiz Fernando Ayres, encarregado das investigações, e João Elias, ex-funcionário do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp). A entidade está sendo acusada de patrocinar e facilitar a entrada dos bingos eletrônicos no país.



A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Osmar Dias, aprovou a sugestão de Heloísa Helena de promover a audiência pública sobre a transposição do rio São Francisco

## CAS vai votar matérias importantes antes do recesso

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Osmar Dias (PSDB-PR), anunciou ontem que nas próximas duas semanas colocará em votação vários projetos que aguardam deliberação. A idéia é diminuir a pauta de votações da comissão antes do recesso, marcado para o próximo dia 15 de dezembro. Entre os projetos a serem votados encontra-se o que institui o procedimento sumariíssimo no processo trabalhista. Segundo Osmar Dias, o projeto é oportuno e tem por objetivo desburocratizar a

Justiça do Trabalho, dando maior rapidez aos dissídios individuais.

A matéria tem parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO). O senador Tião Viana (PT-AC) pediu vista do projeto. O procedimento sumariíssimo vai atingir demandas com valor de até 50 salários mínimos e permitirá a solução de reclamações trabalhistas em uma única audiência, sem a necessidade de citação por edital.

Outro projeto a ser votado pela comissão é o que proíbe o funcionamento do sistema de auto-aten-

dimento nos postos de abastecimento de combustíveis. A relatora da matéria, Heloísa Helena (PT-AL), manifestou-se a favor da medida por entender que o sistema acarretaria maior desemprego no país.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) entende que os brasileiros não podem ficar a reboque da modernização. Ele acha que o auto-atendimento nos postos de combustíveis já é adotado na maioria dos países. "Se esse sistema causar desemprego, compete ao Ministério do Trabalho tomar as providências e reci-

clar o pessoal do setor", observou. O senador Moreira Mendes pediu vista do projeto, que deverá voltar à pauta da comissão.

A CAS aprovou ainda duas decisões adotadas pelo Tribunal de Contas da União. A primeira sobre auditoria de desempenho realizada no processo de planejamento da aquisição de medicamentos destinados ao programa nacional de controle de tuberculose e a outra relativa ao processo de alocação de recursos federais no âmbito do programa de combate à dengue.

## CRE

### Mostra de arte em homenagem aos 500 anos está em fase final

A maior exposição de arte brasileira já concebida em todos os tempos, reunindo seis mil obras nacionais em comemoração aos 500 anos do Descobrimento, está em fase final de organização, com a captação das últimas peças que se encontram em 14 museus espalhados pelo mundo e em coleções particulares. A informação foi dada ontem pelo presidente da Associação Brasil 500 Artes Visuais e da Fundação Bial de São Paulo, Edmar Cid Ferreira, ao falar sobre o assunto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado.

Ele compareceu à CRE a convite do seu presidente, senador José Sarney (PMDB-AP), que, na oportunidade, elogiou o trabalho

desenvolvido à frente da mostra por Edmar Cid Ferreira, afirmando que, "com seu empenho e competência, insere de forma definitiva o Brasil no mundo das artes".

Edmar Cid Ferreira disse que a mostra, orçada em R\$ 30 milhões e financiada em 80% pela iniciativa privada, através da Lei Rouanet, pelo governo federal e entidades internacionais, será inaugurada em abril do próximo ano no Parque Ibirapuera, em São Paulo, e lá permanecerá até setembro. A exposição percorrerá 16 capitais brasileiras, seguindo depois para os mais importantes museus do mundo, em cidades como Nova York, Paris, Londres, Lisboa e Bilbao (Espanha), entre 2000 e 2004.

— O evento tem como finalida-



Edmar Cid Ferreira (E) fez a José Sarney um relato da organização do evento

de principal revelar aos brasileiros e ao mundo a beleza e a grandiosidade do Brasil através da história de suas artes e, mais ainda, aumentar a auto-estima do país, reconstruindo e fortalecendo nossa imagem no exterior — disse Edmar Ferreira.

Paralelamente à mostra, haverá também eventos que envolvem dança, música, teatro e culinária, produzidos por companhi-

as, intérpretes e *chiefs* internacionais, mas sempre abordando temas ou receitas genuinamente brasileiros.

Na mesma reunião, a CRE aprovou relatório do senador Tião Viana (PT-AC) que dispõe sobre o texto do acordo de cooperação financeira para o empreendimento Projetos Demonstrativos — Reforço, celebrado entre o Brasil e a Alemanha.



# CCJ aprova inclusão de foto digitalizada em título de eleitor

Por sete votos a quatro, a comissão acatou proposta destinada a dificultar a ocorrência de fraudes no processo eleitoral

Com sete votos favoráveis e quatro contrários, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que determina a inclusão da fotografia digitalizada no título eleitoral, que passa a valer também como documento de identidade em todo o território nacional. O projeto, de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), tem caráter terminativo na comissão.

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) deu parecer favorável ao projeto, argumentando que a introdução da fotografia do eleitor no título vai dificultar a fraude no processo eleitoral.



Moreira Mendes apresentou o projeto acolhido em caráter terminativo pela CCJ

“A proposição constitui uma contribuição efetiva ao aprimoramento do sistema eleitoral no Brasil, especialmente quanto à fiscalização tanto do alistamento eleitoral quanto do ato de votar”, disse.

Votaram contra o projeto os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), José Jorge (PFL-PE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Além de considerarem a proposta inconstitucional, os senadores disseram que o projeto vai demandar mais despesas por parte do Executivo, para atender aos gastos que terá o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## Denúncias de violência contra mulher poderão ter telefone nacional gratuito

O Poder Executivo poderá instalar um número de telefone de acesso gratuito nacional para receber denúncias de violência contra a mulher, conforme projeto terminativo aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN). O projeto é da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), teve parecer favorável do senador Roberto Freire (PPS-PE) e seguirá para exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para apreciação da matéria pelo plenário do Senado.

De acordo com o relator, a violência contra a mulher é um dos maiores componentes dos alarmantes números da criminalidade, mas são crimes que não chegam ao conhecimento das autoridades, impedindo sua ação. “Assim sendo, a criação de mecanismos que facilitem as denúncias é plenamente justificável, para que as vítimas e terceiros possam sentir-se em condições de informar sobre a ocorrência de crimes e denunciar os criminosos”, afirmou.



A proposta da senadora Emilia Fernandes deverá agora ser apreciada pela Câmara

De acordo com o projeto, o número do telefone deverá ser único para todo o país e o serviço de atendimento será operado pelas delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Nos locais onde não houver Delegacia da Mulher, o serviço deverá ser operado pelas delegacias de Polícia Civil.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-

AM), Amir Lando (PMDB-RO) e Jefferson Péres (PDT-AM) se abstiveram de votar por serem contra a aprovação de projetos autorizativos. Lando disse que as leis autorizativas representam um custo exagerado e, geralmente, são inúteis ou impossíveis de entrar em vigor. Embora defendendo o mérito da matéria, Jefferson Péres disse que também discorda da aprovação de leis autorizativas, lembrando que esse projeto, como muitos outros, deverá ficar obstruído na Câmara.

Na mesma reunião, os senadores pediram vista para quatro projetos que dispõem sobre regras coibindo o abuso de autoridade, inclusão de municípios mineiros na região do entorno do Distrito Federal, criação do Fundo para a Cidadania e alteração na Lei das Inelegibilidades. Os demais projetos, que dispõem sobre o Fundo para Combate à Pobreza, a proibição da criação de cães pit bull e os direitos de locatários de *shoppings centers* tiveram sua apreciação adiada para a próxima reunião da CCJ, na quarta-feira.

## Criação de Conselho de Justiça aguarda reforma do Judiciário

A emenda constitucional do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que cria o Conselho Nacional de Justiça foi sobrestada e deverá voltar a ser discutida na oportunidade em que a reforma do Judiciário for encaminhada ao Senado pela Câmara dos Deputados. A decisão foi tomada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com votos contrários

dos senadores Roberto Requião e José Eduardo Dutra (PT-SE).

A iniciativa foi do relator da matéria, senador Jefferson Perés (PDT-AM), que achou melhor aguardar, uma vez que a reforma já está em fase bastante avançada na Câmara, devendo logo ser votada em plenário. As discussões sobre a constitucionalidade da proposta continuaram, assim como o parecer de

Jefferson, contrário à emenda.

Dutra e Requião não viram por que aguardar que a Câmara se pronuncie sobre a matéria, inclusive advertindo para o fato de que a reforma do Judiciário ainda pode demorar bastante a chegar no Senado. Dutra, que apresentou um voto em separado e um substitutivo à emenda, disse que discorda da proposta porque a acha inconstitucional. Para o senador, é esse seu papel na CCJ, mas ele disse que votaria favoravelmente à proposta, caso ela fosse a plenário.



Os senadores da comissão rejeitaram emenda de José Eduardo Dutra que previa somente para 2006 a aplicação de restrições a pequenas legendas

## Adiamento de novas regras partidárias tem parecer contrário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), contrário à emenda apresentada em plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao projeto que permite a criação de federações entre partidos políticos, de autoria do senador José Agripino (PFL-RN), com substitutivo de Lobão. Dutra apresentou a emenda para que fosse dada à comissão uma segunda oportunidade de sanar o que ele considera “um grave vício de inconstitucionalidade”. Por isso o projeto retornou à CCJ para apreciação da emenda.

O parecer de Lobão foi aprovado com votos contrários do senador José Eduardo Dutra e do senador Jefferson Péres (PDT-AM). Agora, tanto a emenda

quanto o substitutivo de Lobão serão submetidos ao plenário.

Na emenda, Dutra propõe a revogação do artigo que estabelece que a lei entra em vigor na data de sua publicação. O objetivo é dar tempo para que as modificações feitas pelo projeto, principalmente a revogação de um artigo que estabelece a regra de transição na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, entrem em vigor mais tarde. Da forma como está, a lei entrará em vigor nas eleições de 2002; com a emenda, as regras valerão somente em 2006. Para Dutra, as regras de transição que já existiam na lei criaram um direito adquirido dos pequenos partidos, e será fácil para eles contestarem a constitucionalidade das novas regras junto ao Supremo Tribunal Federal.



Entre os textos apreciados ontem pela representação brasileira da comissão parlamentar conjunta estão os que tratam de extradição e de arbitragem

## Comissão do Mercosul acolhe quatro acordos

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem quatro acordos internacionais envolvendo os países integrantes do bloco econômico. Os acordos aprovados abrangem seguridade social, arbitragem comercial internacional entre o Mercosul, a Bolívia e o Chile, Protocolo de Extradicação entre os países membros do Mercosul, a Bolívia e o Chile, e o Programa Grande Frontei-

ra do Mercosul. Todos os acordos aprovados contaram com pareceres favoráveis dos respectivos relatores.

Foi retirado de pauta o relatório do deputado Confúcio Moura (PMDB-RO) sobre projeto de lei que dispõe sobre a padronização de numeração dos chassis dos veículos automotores fabricados ou montados no Brasil para comercialização no mercado interno e no Mercosul.

## Aprovado incentivo fiscal para a cultura

O Congresso aprovou na noite de terça-feira a Medida Provisória nº 1.871, que amplia os benefícios fiscais concedidos no Imposto de Renda para investidores em operações de caráter cultural ou artístico. Também foram aprovadas as MPs 1.910, que fixa prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira; 1.859, que fixa prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela administração pública federal direta e indireta; e 1.922, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger).

Foram aprovados ainda oito projetos de lei que abrem créditos suplementares e especiais no total de R\$ 3,5 bilhões nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Ministério dos Transportes e de diversos órgãos do Poder Executivo. No âmbito do Ministério dos Transportes, foi beneficiado o Porto de Santos, com R\$ 76 milhões.

## Senado inaugura duas exposições de artes plásticas

O Senado inaugurou mostras das artistas plásticas Isabel Ferreira e Ana Accioly. São telas, painéis e esculturas que permanecem em exposição até o dia 3 de dezembro. As peças de ambas as artistas plásticas estão à venda.

A maranhense Isabel Ferreira está apresentando a exposição "Uma questão de vida", com obras em acrílico sobre tela e esculturas em concreto, resina e bronze, no Espaço Cultural Saguão do Anexo II. Já a carioca Ana Accioly, formada pela Escola de Artes Visuais do Parque Lage (RJ), trouxe para Brasília 23 painéis que estão expostos no hall do Auditório Petrônio Portella.

## Técnica do governo prevê aumento das exportações

A secretária de Comércio Exterior, Lytha Spíndola, é entrevistada do programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, que vai ar hoje às 21h30. Na entrevista, ela afirma que, no início do ano 2000, poderão ser verificados os reflexos da desvalorização do real nas exportações brasileiras, especialmente no setor de calçados. Segundo a secretária, já houve uma recuperação da quantidade de produtos exportados, como carne, móveis, calçados, frutas e sucos.

Lytha Spíndola fala, também, sobre a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), destacando a importância de o Brasil estar alerta para o potencial de negócios e investimentos que a aliança representa. Ela diz que o Mercosul não será substituído pela Alca, mas deve ser fortalecido para negociar com países como Estados Unidos e Canadá.

# Mensalidades escolares não poderão aumentar em prazo inferior a um ano

Regra vale para as instituições de ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, e consta do Projeto de Lei de Conversão nº 5, votado pelo Congresso na terça-feira

O Projeto de Lei de Conversão nº 5, aprovado pelo Congresso em sessão realizada na última terça-feira, determina que será calculado anualmente o valor de reajuste para os pagamentos em todos os níveis de ensino. Ou seja: não será permitido às escolas elevarem seus preços durante o ano letivo.

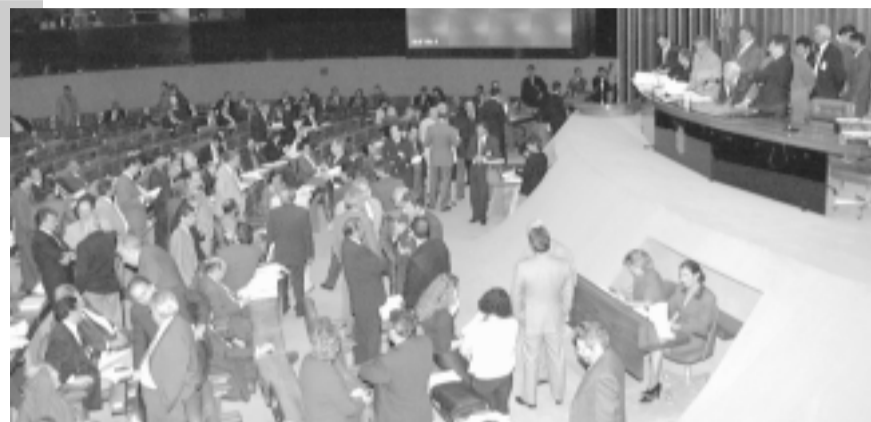
O parágrafo quarto do artigo primeiro do texto aprovado deixa claro que "será nula, não produzindo qualquer efeito, cláusula contratual de revisão ou reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a um ano a contar da data de sua fixação, salvo quando expressamente prevista em lei".

Também o parágrafo terceiro do

Os deputados e senadores decidiram acatar a Medida Provisória 1.890-67

mesmo artigo estabelece que "o valor total, anual ou semestral, terá vigência por um ano e será dividido em 12 ou seis parcelas mensais iguais".

Quando o texto se refere ao reajuste semestral, faz previsão para o ensino superior, no qual os períodos letivos costumam ser de seis meses. Mesmo nesse caso, porém, o projeto aprovado pelo Congresso não permite aumentos dos valores durante o



prazo de um ano a partir da assinatura do contrato.

Com a aprovação do PLC nº 5, o Congresso Nacional manifestou-se so-

bre a Medida Provisória 1.890-67. A nova legislação abrange todos os níveis de ensino: pré-escolar, fundamental, médio e superior.

## Ramez Tebet é eleito presidente do Conselho de Ética

Com o apoio de 14 dos 16 senadores votantes, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) foi eleito ontem presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Tebet, que também preside a CPI do Judiciário, disse que o conselho "zela pelos interesses da Casa e pela transparência" e que aceitou a missão que lhe foi conferida "para cumprir um dever".

Sobre se há relação entre a indicação de seu nome para a presidência do conselho e o fato de ele presidir a CPI, Tebet respondeu:

— Não sei. A escolha do presidente é feita por indicação das lideranças. Quem indicou o meu nome foi o PMDB, com a concordância dos demais líderes. Houve uma coincidência.

Questionado sobre se os conhecimentos que adquiriu por conduzir os trabalhos da CPI o ajudarão a presidir o conselho, Tebet declarou que "o conselho não está instalado para um caso". E disse que já recebeu inúmeras tarefas difíceis no Senado, e que não



Ramez Tebet: compromisso com a transparência

poderia fugir a mais essa missão. "Aqui não tem trabalho fácil, todo trabalho é de responsabilidade", afirmou.

Tebet acrescentou que realizará o trabalho que lhe compete regimentalmente, e fez questão de dissociar a reunião realizada ontem para elegê-lo a qualquer fato político.

— O conselho já estava criado há muito tempo. Apenas elegeu seu presidente e seu vice-presidente. Ele não poderia ter sido criado para uma determinada finalidade, porque já estava criado.

Tebet referiu-se ao que qualificou uma coincidência: para a vice-presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito um outro senador de Mato Grosso do Sul, Juvêncio da Fonseca (PFL), também com 14 votos. Na votação, que foi secreta, foram registrados dois votos em branco para ambos os cargos.

Ao comentar a escolha de Juvêncio, o presidente do conselho acrescentou que será muito bom trabalhar com uma pessoa com quem está bastante afinado.

"Podemos trabalhar até dentro do avião", brincou. Tebet esclareceu que se alguma matéria for encaminhada ao conselho, designará um relator para examiná-la. Esclareceu também que não convocará reunião do conselho porque, no momento "não há matéria nenhuma" a ser analisada.

Juvêncio disse que tem a melhor expectativa possível quanto ao trabalho do conselho, "um órgão do Senado que tem que trabalhar em favor da ética e dos bons costumes". Quanto à possibilidade de haver pressões sobre o conselho, disse que "sempre há, na política, pressão e contra-pressão". O senador declarou que, como toda missão, a de vice-presidente do conselho também é espinhosa. "É uma missão delicada, mas não impossível. É bem possível de ser executada, se houver experiência e senso de responsabilidade", afirmou Juvêncio.

A reunião destinada à eleição do presidente e do vice-presidente do Conselho de Ética foi presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG) e contou com a presença de 20 senadores. Ao abrir a reunião, Francelino lembrou que o conselho havia sido eleito pelo plenário no último dia 30 de junho.

## Órgão existe para preservar dignidade do mandato

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve atuar "no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Senado Federal", zelando pela observância dos princípios do Código de Ética e Decoro Parlamentar e do Regimento Interno. É o que prevê a Resolução nº 20 do Senado, de março de 1993. Em oito capítulos, ela trata dos deveres fundamentais do senador, das vedações constitucionais, dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, das declarações públicas obrigatórias, das medidas disciplinares, do processo disciplinar, do conselho e das disposições finais e transitórias.

Segundo a resolução, o conselho será constituído por 15 titulares e 15 suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, tanto quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos ou blocos parlamentares não representados. Participa também do conselho, com direito a voz e voto, o corregedor do Senado, a quem cabe promover as diligências necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.



Na reunião de ontem, Tebet e Juvêncio receberam 14 dos 16 votos dos senadores

As indicações dos nomes para integrar o conselho, pelas lideranças, deverão ser acompanhadas de declarações atualizadas de cada senador, com as informações sobre seus bens, fontes de renda e atividades econômicas e profissionais.

## Tuma aguarda manifestação sobre conclusões da CPI da Justiça

O corregedor do Senado Federal, senador Romeu Tuma (PFL-SP), informou ter solicitado à Advocacia-Geral do Senado, na última quinta-feira, uma análise do relatório da CPI do Judiciário para saber se há alguma referência a parlamentar que requeira a adoção de providências pela corregedoria. O estudo da Advocacia-Geral deverá estar pronto ainda esta semana, conforme revelou ontem o senador.

Membro nato do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Tuma disse que o primeiro passo em relação a um eventual problema ligado ao comportamento de senadores deve ser tomado pelo corregedor, que, com base em todas as informações disponíveis, faz um "pré-relatório" ao conselho, indicando o que deve ser feito, qual a gravidade do problema, que sanções podem ser aplicadas. O conselho, então, discute o teor do "pré-relatório", delibera sobre o assunto e encaminha a questão ao plenário do Senado. O corregedor lembrou que o relatório da CPI tem mais de 400 páginas e observou que a Advocacia-Geral, possivelmente, terá que examinar "algum documento ou procedimento em particular".

## Gilvam pede federalização de obra de rodovia no Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez ontem um apelo ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que promova a federalização das obras de asfaltamento da BR-156, rodovia que liga o estado do Amapá à fronteira com a Guiana Francesa.

— Essa será a única maneira de salvá-la da indiferença e da incúria do governador João Capiberibe, que, há 15 dias, está vagando na Europa. A bancada federal do Amapá, em entendimento suprapartidário, enviou ao ministro um documento alertando para o fato de a rodovia continuar dormindo nas gavetas e cofres estaduais, apesar de o governo federal já ter liberado um terço do montante total da obra, através de convênios com o DNER — enfatizou.

Segundo Gilvam, o asfaltamento



Gilvam considera estrada prioritária

da BR-156 é prioridade estratégica e “sagrada” para o Amapá. “A obra aproxima o estado da vizinha Guiana Francesa e, portanto, da própria União Europeia. É reconhecida como importante até pelo governo federal, fato que levou o presidente Fernando Henrique a dar seu endosso pessoal à obra quando visitou Macapá, na campanha pela reeleição.”

O senador afirmou que, apesar da liberação de R\$ 3,3 milhões, não há qualquer sinal de obras de recuperação e asfaltamento na rodovia. “Diante desse quadro de omissão e inapetência administrativa do Executivo do Amapá, somente a urgente e total federalização de sua execução, através do DNER, pode evitar o desperdício de recursos públicos nas mãos de um governador incompetente”, concluiu Gilvam.

## Bernardo Cabral destaca 51 anos de fundação da Rádio Difusora

Os 51 anos de fundação da Rádio Difusora do Amazonas — que se celebraram ontem — foram destacados em plenário pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que, em nome também do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), solicitou o envio de voto de louvor à emissora.

Observando que raras vezes traz à tribuna temas de caráter regional, Bernardo Cabral ressaltou que o faz quando se trata de matéria importante, como para destacar a corajosa iniciativa do jornalista Josué Cláudio de Souza de criar uma emissora de rádio num período de decadência econômica da borracha e de comércio fraco. Em 1948, Manaus só contava



Cabral defendeu envio de voto de louvor à emissora

com uma estação, a Rádio Baré, que o próprio Josué havia dirigido.

O senador destacou que Josué Cláudio de Souza — que foi também deputado estadual por três legislaturas, prefeito de Manaus, governador interino e deputado federal por três mandatos — era cronista de grande mérito e comentou

o assassinato de um irmão seu, em 1949, quando denunciou a falta de segurança na região.

— Nunca pude resgatar esse débito. Sempre supus que um dia poderia registrar o que a Rádio Difusora fez pela minha terra — disse Cabral, lembrando que após o falecimento de Josué seu trabalho tem continuidade com o filho e o neto.

# Osmar Dias anuncia que insistirá em CPI dos Bingos

Senador cita denúncia contra assessores de Rafael Greca, que teriam legalizado caça-níqueis em troca de contribuição para campanha em 2002

Dado o avanço das investigações sobre suposta conexão entre as concessões para funcionamento de bingos feitas pelo Ministério do Esporte e Turismo e as máfias italiana e espanhola, que estariam lavando dinheiro ilícito através da jogatina eletrônica, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) anunciou ontem que requererá outra vez a criação de uma CPI dos Bingos no Senado. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), segundo disse, também prepara requerimento neste sentido.

Osmar Dias referiu-se a reportagem publicada no último final de semana pela revista *IstoÉ*, intitulada “O bolão da vez”, em que donos de bingos denunciavam que assessores do ministro legalizavam caça-níqueis em troca de contribuição para a campanha de Greca ao governo do Paraná em 2002. Os donos de bingos denunciaram à revista terem pago R\$ 6,5 milhões, o que também já teria sido constatado pelo Minis-



Osmar qualificou de “teatral e mentiroso” depoimento de Rafael Greca ao Senado

tério Público e pela Polícia Federal, segundo informou o senador.

Dizendo que o depoimento do ministro ao Senado foi “teatral e mentiroso”, Osmar Dias destacou o que, a seu ver, teria sido uma mentira de Rafael Greca: no depoimento, “o ministro tentou confundir máquinas caça-níqueis com bingo eletrônico”, mas de fato, através da Portaria nº 23, teria legalizado os

caça-níqueis de todo o país, “fornecidos pela máfia italiana e espanhola”. A portaria, acrescentou o senador citando a revista, teria sido redigida nas dependências da Conab por assessores do ministro, um elemento da máfia e representantes dos bingueiros. Conforme o Ministério Público, afirmou o senador, a portaria legalizou o funcionamento de mais de 100 mil caça-níqueis.

— Não há poesia do ministro que explique por que ele colocou gente da máfia e representantes dos bingos para elaborar uma portaria, uma decisão pública — disse.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) enfatizou que a Lei Zico permitiu o funcionamento de caça-níqueis, proibidos, depois, pela Lei Pelé. Requião informou que todos os documentos referentes ao caso, com nomes e telefones dos envolvidos, estão em sua página eletrônica, no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).



Requião disse que o governo admitiu jogo por muito tempo

## Roberto Requião acusa Arruda de “clonar” projeto de sua autoria

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem a iniciativa do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), de apresentar, no dia 17, um projeto de lei acabando com os bingos no Brasil. “O projeto é de idêntico teor de uma proposta minha, apresentada no dia 11. Isso é clonagem triunfante”, advertiu.

Requião explicou que “o tom de ironia” de sua crítica devia-se ao fato de Arruda ter afirmado, ao apresentar seu projeto, que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso estava de acordo com ele.

— O presidente admitiu, silenciosamente, a existência dos bingos durante bastante tempo. Se estivesse mesmo interessado em acabar com os bingos, deveria ter editado uma medida provisória que fulminaria, no mesmo instante, esse tipo de jogo no país. O resto é diversão, palavra que, em sua origem etimológica, quer dizer “desviar do principal” — concluiu o senador.



Arruda pretende ver proibição aprovada logo

## Líder do governo propõe tramitação conjunta de duas propostas

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) propôs a tramitação conjunta de seu projeto acabando com os bingos com um semelhante do senador Roberto Requião (PMDB-PR), depois que o senador paranaense o acusou de fazer “clonagem” de sua proposta.

— O importante não é quem possa ser o “dono” do projeto. O relevante é acabar com os bingos no Brasil. Não me importo de dar ao senador Requião a primazia de ter apresentado a proposta. O que desejo é ver o projeto aprovado rapidamente — disse.

Arruda explicou que a idéia de apresentar a proposta foi bem anterior à data em que Requião protocolou seu projeto. “Antes de formalizar a proposta, porém, conversei sobre ela com a imprensa e consultei o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre sua oportunidade. Esse é o motivo pelo qual a data formal de apresentação do meu projeto é posterior”, explicou.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que presidia a sessão naquele momento, constatou, com satisfação, que a divergência entre os dois senadores havia se transformado em convergência. “Quando isso acontece, é bom para o Senado.”

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO HOJE

6h55 — Senado em Pauta  
7h — Saúde Todo Dia — Musculação  
7h30 — Especial Unip — Maconha  
7h55 — Senado em Pauta  
8h — Jornal do Senado  
8h30 — Entrevista — O senador Jorge Bornhausen fala sobre o Código de Defesa do Contribuinte  
8h55 — Senado em Pauta  
9h — Agenda Econômica — A secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Lytha Spíndola, fala sobre o câmbio livre e exportações

10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
15h — CPI dos Bancos (ao vivo)  
18h30 — Entrevista — O senador Moreira Mendes fala sobre o combate ao narcotráfico  
19h — Cores do Brasil — Amazônia (interior)  
19h30 — Debate — Revitalização do Teatro Arthur Azevedo, em São Luís  
20h30 — Entrevista — O senador Jorge Bornhausen fala sobre o Código de Defesa do Contribuinte  
21h — Jornal do Senado  
21h30 — Agenda Econômica — A secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Lytha Spíndola, fala sobre o câmbio livre e exportações  
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)



Melo assinou protocolo de cooperação na área parlamentar

## Melo informa resultado de sua viagem ao Uruguai

Ao presidir a primeira parte da sessão plenária de ontem, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) prestou contas de sua recente viagem a Montevideu, no Uruguai, na segunda-feira passada, para representar o Senado.

O senador informou que, ao lado do vice-presidente do Uruguai, assinou protocolo de cooperação entre os parlamentos do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai para troca de experiências e realização de trabalhos conjuntos no campo da formação de pessoal.

## Eduardo destaca reunião sobre criança e adolescente

Integrando-se às homenagens prestadas na terça-feira pelo Senado ao 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Criança, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) registrou a realização, em Brasília, nos dias 22 a 26, da II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Eduardo Siqueira Campos: políticas públicas para a área

Promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, a conferência tem por objetivo discutir e analisar a implementação das políticas públicas no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes. Em vários painéis de debates, serão abordadas especificamente as áreas de educação, saúde, assistência, Justiça, segurança, trabalho e emprego, informou o senador.

# Mestrinho pede investimentos para formar mestres e doutores

A reivindicação também foi feita por Roberto Saturnino. Senador amazonense pediu ainda posição do governo contra subsídios

Citando pronunciamentos feitos na última segunda-feira pelos senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Carlos Patrocínio (PFL-TO), o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) defendeu a ampliação dos investimentos do governo federal na formação de mestres e doutores nas universidades. Mestrinho quer também que o governo se posicione, durante a realização da Rodada do Milênio, em Seattle, Estados Unidos, contra a política de subsídio implementada pelos países da Comunidade Econômica Européia para produtos agropastoris.

— Embora os dois assuntos tratados pelos senadores possam parecer distintos, eles contêm, basicamente, matérias da maior importância para a análise das causas de nosso subdesenvolvimento e do cada dia mais acentuado *gap* (distância), como dizem os economistas, entre nossa economia e a dos países desenvolvidos — explicou Gilberto Mestrinho.

Referindo-se a ampliação de recursos para mestrados e doutorados,



Para Mestrinho, esses dois temas ajudam a explicar subdesenvolvimento brasileiro

tema do pronunciamento de Saturnino, Mestrinho disse ser inexplicável que o Brasil busque fazer economia de “coto de vela”. O investimento na qualificação profissional, para ele, é a única forma do país sair da condição de “campeão” das desigualdades sociais.

Ao comentar o discurso de Carlos Patrocínio sobre o encontro em Seattle, que reunirá representantes dos países da Organização Mundial do Co-

mércio (OMC) e tem como objetivo estabelecer novas regras para o comércio internacional no próximo milênio, Mestrinho disse ser importante que os representantes do Brasil resistam contra as novas barreiras tarifárias, sanitárias, ambientais e sociais que os países desenvolvidos querem implantar.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou Mestrinho por ele ter reconhecido a importância dos discursos de Patrocínio e Saturnino e pela importância dos temas abordados, sobretudo a importância do Brasil investir em conhecimento. O senador Tião Viana (PT-AC) disse que não tem expectativas sobre a Rodada do Milênio por acreditar que a OMC, a exemplo do FMI e do Banco Mundial, é uma organização que defende os interesses dos países desenvolvidos.

Carlos Patrocínio chamou a atenção das autoridades brasileiras sobre a constatação de que “a globalização é uma nova maneira de colonização utilizada pelos países ricos para subjugar os países mais pobres”.

## Ágios de estatais são uma “farsa”, diz Álvaro Dias

Os ágios na venda de empresas estatais anunciados pelo governo constituem “uma farsa”, pois serão integralmente abatidos do Imposto de Renda, segundo afirmou ontem o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Ele observou que “operações engendradas por advogados espertos e utilizadas por empresários ainda mais espertos estão provocando gran-



Álvaro Dias: ágios são todos abatidos do Imposto de Renda

de elisão fiscal, lesando o Tesouro Nacional e os acionistas minoritários, pela imoral diluição de suas participações acionárias”.

Álvaro Dias destacou reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no último dia 11, segundo a qual o governo perderá R\$ 1,738 bilhão nos próximos dez anos com as operações de incorporação anun-

ciadas recentemente pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e pela Telesp. Essa soma corresponde aos valores projetados para o Imposto de Renda que deixará de ser pago com as incorporações promovidas pelas duas empresas.

O senador leu trecho do editorial *Privatização sombria*, da *Folha de S. Paulo*, divulgado no dia 17, o qual afirma que “parte dos consideráveis recursos obtidos com as privatizações deste governo é uma espécie de miragem decorrente de artifício financeiro. Isso porque o ágio pago em relação ao valor patrimonial na compra de certas estatais será considerado, para efeito tributário, como despesa, ou seja, os compradores pagarão menos Imposto de Renda”.

## Atraso na merenda escolar gera protesto de Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou ontem o atraso no repasse de verbas da merenda escolar para as prefeituras em todo o país. Classificando como “descaso do governo”, o senador disse ter recebido dezenas de telefonemas de prefeitos pedindo que ele ocupasse a tribuna para denunciar o fato e pedir que o Ministério da Educação providencie a trans-

ferência dos recursos o mais breve possível.

Valadares explicou que o atraso no repasse prejudica cerca de 36 milhões de crianças em todo o país, principalmente as que estão nas regiões mais pobres. Salientando que as prefeituras não têm como arcar com a despesa dos programas de merenda escolar, o senador creditou o atraso ao compromisso do go-



Valadares: atraso prejudica 36 milhões de crianças em todo o país

verno brasileiro com o FMI de reduzir gastos públicos e atingir metas fiscais até o final do ano.

## São Vicente deve ser incluída nos “500 Anos”, afirma Tuma

Ao informar que o município paulista de São Vicente, a primeira vila do Brasil, não estaria sequer mencionado na programação das comemorações oficiais do governo federal para assinalar os 500 anos do Descobrimento, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) fez um apelo ao presidente do comitê executivo da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, ministro Rafael Greca (Esporte e Turismo), para que reexamine o planejamento e inclua a cidade nos eventos.

O apelo foi extensivo aos demais membros do comitê, ministros Francisco Weffort (Cultura) e Luiz Felipe Lampraia (Relações Exteriores) e a Andréa Matarazzo, secretário de Estado de Comunicação de Governo. Romeu Tuma lembrou que em São Vicente funciona a primeira Câmara Legislativa das Américas desde 1532. O senador acrescentou que o município foi a base de partida e abastecimento das entradas e bandeiras que derrubaram os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas permitindo o surgimento do Brasil.

Tuma ressaltou que a importância de São Vicente na História do Brasil é reconhecida internacionalmente e registrou que no período de 19 a 22 de abril do próximo ano o município sediará o 4º Congresso Lusófono de Ciências da Comunicação. O evento integra o projeto Os 500 Anos dos Descobrimientos Portugueses e reunirá delegações de Portugal, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Moçambique.

O senador por São Paulo registrou também sua participação na cerimônia de inauguração do Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom), do Departamento de Polícia Federal, em Santos (SP), que, segundo ele, combaterá piratas, contrabandistas e traficantes que atuam no porto do município. O destacamento conta com três lanchas de 32 pés, cada uma guarnecida com cinco policiais treinados pela Marinha e ainda poderá dispor do apoio de helicóptero do DPF e embarcações da Capitania dos Portos, quando necessário.



Tuma lamentou a não inclusão da cidade paulista nos eventos